



Universidade dos Açores

Regulamento do Programa Almeida Garrett 2014/2015

1º

(Âmbito)

1. O programa Almeida Garrett é um programa de mobilidade interna de estudantes do ensino superior público universitário.
2. No quadro da mobilidade de estudantes, o Programa Almeida Garrett, oferece a possibilidade de efetuar numa universidade nacional de acolhimento, um período de estudos, com pleno reconhecimento académico.
3. O intercâmbio de estudantes ao abrigo do programa poderá fazer-se com todas as Instituições de Ensino Superior Portuguesas com assento no Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).
4. A mobilidade de estudantes abrange também os estágios, trabalhos de fim de curso ou projetos finais desde que as referidas atividades integrem o plano curricular do curso na universidade de origem.

2º

(Objetivos)

1. O Programa Almeida Garrett visa promover a qualidade e reforçar a dimensão nacional no ensino superior:
 - a) Incentivando a cooperação nacional entre instituições de ensino superior;
 - b) Fomentando a mobilidade nacional no ensino superior;
 - c) Melhorando a transparência e o reconhecimento académico de estudos e habilitações em Portugal.

2. São objetivos do programa Almeida Garrett:
 - a) Contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade ao longo da vida e das possibilidades por ela conferidas;
 - b) Reforçar a realização pessoal, a coesão social, a cidadania ativa e a cidadania nacional;
 - c) Promover a criatividade, a competitividade e a empregabilidade;
 - d) Aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida;
 - e) Promover a aprendizagem e a cultura portuguesa;
 - f) Explorar os resultados, os produtos e os processos inovadores.

3º

(Responsabilidade da Instituição de Origem)

A instituição de origem obriga-se a:

1. Considerar o aproveitamento obtido na instituição de acolhimento, ao qual será dado o reconhecimento académico através da creditação dos ECTS realizados, de acordo com as normas vigentes na instituição e com o contrato de estudos previamente estabelecido entre as partes (instituição de origem, instituição de acolhimento e estudante).
2. Se for o caso, assegurar a manutenção do direito ao alojamento atribuído ao estudante nas suas residências, uma vez terminado o período de intercâmbio.
3. Manter os eventuais benefícios atribuídos ao estudante pelos seus Serviços de Acção Social.

4º

(Responsabilidades da Instituição de Acolhimento)

A instituição de acolhimento obriga-se a:

1. Assegurar as condições para o cumprimento do contrato de estudos estabelecido por acordo com a instituição de origem.
2. Garantir o acesso aos serviços prestados pelos Serviços de Acção Social (com excepção das bolsas de estudo), à biblioteca, laboratórios e outros serviços, nas mesmas condições que aos seus próprios estudantes.

3. Assegurar, sempre que possível, alojamento na residência de estudantes e quando tal não seja possível auxiliar no alojamento externo.
4. Emitir a transcrição de registos para o caso de estudos ou documento certificador de estágio do estudante, no final do período de mobilidade, sem encargos para este.
5. Identificar um professor-tutor responsável pelo estudante durante o período em que este se encontra em mobilidade, desempenhando simultaneamente o papel de Conselheiro e Orientador Científico/Pedagógico.
6. Elaboração de um relatório respeitante ao desenvolvimento da atividade de mobilidade, onde fiquem registadas quaisquer situações anómalas.

5º (Estudantes Elegíveis)

São elegíveis ao Programa Almeida Garrett, todos os alunos que se encontrem regularmente matriculados e inscritos numa instituição de ensino superior com assento no CRUP.

6º (Duração)

1. O período de estudos em instituição diferente poderá ser de 1 semestre, a decorrer obrigatoriamente a partir do 2º ano nos cursos do 1º. Ciclo e desde que o estudante já disponha de pelo menos 60 ECTS. Na eventualidade do estudante pretender prolongar o seu período de mobilidade por mais um semestre, o caso será analisado casuisticamente e terá que obter obrigatoriamente autorização das instituições envolvidas.

No 2º ciclo, a mobilidade só poderá ocorrer a partir do 2º semestre do 1º ano, e com a duração exclusiva de um semestre.

2. Os estudantes apenas poderão efetuar um único período de mobilidade, em universidades nacionais, no âmbito do mesmo curso.

7º

(Obrigações dos Estudantes)

1. Os estudantes comprometem-se a cumprir com assiduidade e de acordo com os regulamentos da instituição de acolhimento, o plano de estudos que tiver sido aprovado.
2. Recomenda-se a inscrição num mínimo de 30 ECTS (1 semestre).
3. No final do período de intercâmbio o estudante responderá ao questionário de satisfação apresentado pelo programa.

8º

(Tramitação dos Processos/Prazos)

1. Da candidatura deverão constar:
 - a) Nome, ano e curso do candidato;
 - b) Curso e instituição que pretende frequentar;
 - c) Período desejado;
 - d) Certificado das unidades curriculares realizadas;
 - e) Unidades curriculares que pretende realizar;
 - f) Outros elementos considerados necessários pela instituição de origem.
2. Terminado o período de candidaturas, o responsável pelo intercâmbio em cada instituição, no caso de aceitação do candidato para mobilidade, estabelecerá os contatos necessários com as instituições de acolhimento de modo a:
 - a) Enviar os processos para proposta do plano de estudos a realizar.
O envio dos processos deverá decorrer nos 15 dias subsequentes ao término da candidatura.
 - b) Ser elaborado o plano de estudos.
3. O responsável pelo intercâmbio na instituição de origem informará o candidato da decisão e do plano de estudos e, aceite estes pelo estudante, comunicará tal aceitação à instituição de acolhimento. A aceitação do plano de estudos pelo estudante dará origem à celebração de um contrato entre a instituição de origem e o estudante;

4. De acordo com o contrato de estudos estabelecido, o reconhecimento de unidades curriculares frequentadas numa instituição de acolhimento não deve envolver a obtenção de mais do que 30 ECTS.

9º

(Propinas)

As propinas referentes ao período de mobilidade são devidas na instituição de origem.

10º

(Coordenação)

1. Cada instituição deverá designar um coordenador local responsável pelo programa, devendo comunicar por escrito ao Coordenador Geral do Programa o nome e respetivos contatos.
2. O CRUP designará, de entre os seus membros, um Coordenador Geral do Programa;
3. Ao Coordenador Geral do Programa competirá:
 - a) Promover o programa, em articulação com os coordenadores locais;
 - b) Manter atualizada a informação sobre os intercâmbios realizados nas diferentes instituições;
 - c) Propor ao CRUP alterações ao programa que o seu funcionamento aconselhe;
 - d) Propor acções de melhoria e instrumentos de avaliação do programa.
4. Tudo o que não esteja previsto no presente regulamento deverá ser reportado à Coordenação Geral do programa.